

EM MANAUS, CONTRASTES DA ZONA FRANCA SÃO AGUÇADOS PELA COPA

Paulo Roberto Ferreira
Jornalista

Maris Sanne



Palafitas na capital do Amazonas

Orgulho de Manaus, o antigo estádio “Vivaldão” virou pó: em seu lugar surgirá a “Arena Amazônica”, orçada em R\$ 500 milhões, apelidada de “Cestão” por suas formas inspiradas num balaio. A Copa ampliou os contrastes e paradoxos criados pela Zona Franca. As obras de mobilidade com entrega prevista para 2014, como os corredores de ônibus (BRTs), foram suspensas a pedido do MPF. Poder público e especulação imobiliária expulsam os pobres para longe. E a Prefeitura busca transatlânticos para hospedar turistas

A população de Manaus tinha orgulho de ter o maior estádio de futebol do Norte do Brasil. O Vivaldo Lima, o “Vivaldão”, que recebeu o nome em homenagem a um médico da Cruz Vermelha apaixonado por futebol, tinha capacidade para mais de 40 mil pessoas. O arquiteto Severiano Mário Vieira de Magalhães Porto, que nasceu em Uberlândia (MG), ganhou a menção honrosa do Instituto dos Arquitetos do Brasil, em 1965, pelo projeto do estádio, que foi inaugurado em 1970. Mas as toneladas de concreto se transformaram em poeira e o desperdício consumiu R\$ 32 milhões dos cofres públicos para pagamento do serviço de demolição. Para muita gente, foi semelhante a um gol contra.

No mesmo lugar do “Vivaldão” está sendo erguida a “Arena Amazônica”, uma invenção dos cartolas da política local, com custo superior a R\$ 500 milhões e capacidade para 44 mil torcedores. Inspirado em um cesto da região, alguns cronistas já estão se referindo ao novo estádio como “Cestão” ou “Arenão”. O projeto foi concedido pelo arquiteto alemão Ralf Amann, do escritório GMP, e está sendo executado pela construtora Andrade Gutierrez. Tudo de acordo com as regras e súmulas da FIFA. Mas o que a população e a capital do Estado do Amazonas ganham com isso?

Há dúvidas sobre o que vai acontecer depois da realização da Copa do Mundo. O maior clássico do futebol amazonense, que é o Rio-Nal (Rio Negro x Nacional), tem levado ao estádio do Sesi menos de 5 mil torcedores. Acredita-

se que ainda vai demorar muito para que o “Cestão” atinja a sua capacidade plena nos jogos do campeonato estadual.

A maioria dos clubes que disputa o “Barezão”, como é conhecido o campeonato local, enfrenta prejuízo. Não raramente, as rendas não cobrem nem as despesas para colocar o time em campo. Diferente do que ocorre no vizinho estado do Pará, onde o clássico Remo x Paysandu chega a levar ao estádio Mangueirão mais de 40 mil torcedores, com renda de R\$ 1 milhão.

Para os administradores dos recursos públicos, a Copa do Mundo vai alavancar o setor turístico de Manaus, que contará com um espaço poliesportivo para shows e torneios de outras modalidades esportivas. A cidade ganharia, ainda, obras de infraestrutura. Porém, a capital do Amazonas não conta sequer com vagas de hotel em número suficiente para receber o fluxo de turistas. Estima-se que 31 mil pessoas devem se deslocar para Manaus a fim de assistir aos quatro jogos da Copa que serão sediados na cidade, conforme a programação da FIFA. Como resolver a carência de leitos? A solução apontada pelo prefeito Arthur Virgílio Neto (PSDB) depende das empresas proprietárias de transatlânticos, que seriam convidadas a deslocar suas embarcações para o rio Negro, para acomodar os turistas... Só não informa quantos navios serão necessários e se existe possibilidade de alterar as agendas de cruzeiros, que são programados com muita antecedência pelos operadores do setor de turismo.

O governador do Amazonas e o prefeito de Manaus anunciaram que o Bus Rapid Transit (BRT) e o Monotrilho, cuja implantação deveria facilitar o acesso do torcedor aos jogos de 2014, não ficarão prontos a tempo. Ambos foram retirados do plano chamado Matriz da Copa e remanejados para o PAC 2

Outra pisada na bola derrubou os corredores de trânsito e os terminais de passageiros. Ficaram de fora da exigência da FIFA e de seus parceiros as ações de mobilidade urbana, que previam a implantação do BRT (*Bus Rapid Transit*) e do Monotrilho, os quais, ao menos teoricamente, facilitariam o acesso do torcedor aos jogos de 2014. Na época da escolha de Manaus como uma das 12 capitais brasileiras que vão sediar a Copa do Mundo, foi anunciado que a cidade passaria por intervenções urbanas que representariam importantes conquistas urbanísticas.

Porém, tanto o governador do Amazonas, Omar Aziz (PSD), quanto o prefeito Arthur Virgílio, já descartaram o término das duas obras antes dos jogos do próximo ano. Faltam recursos próprios e o governo federal aguarda que se-



“Cestão”, ou Arena Amazônica

jam sanadas as pendências técnicas apontadas pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. Os festejados projetos foram retirados do plano chamado Matriz da Copa e remanejados para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Orçados em R\$ 230 milhões, ambos apresentavam tantos problemas que pareciam *bichados*, como se diz no linguajar do futebol. Apresentavam falhas nas áreas de fundação dos terminais de ônibus, de terraplanagem, pavimentação, drenagem, estações de transferência, hidráulico e de obras de arte especiais. As planilhas orçamentárias estavam incompletas e genéricas, impedindo o cálculo do custo total. A Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) confirmaram as irregularidades e alertaram que a falta de clareza poderia resultar em paralisação das obras, superfaturamento e aditivos durante a execução. “Agora nós temos todo o tempo do mundo para reavaliar o

traçado do ônibus expresso”, declarou o prefeito, numa demonstração de catimba digna de Garrincha, justamente no dia em que completou 100 dias de governo.

Alcebíades Cavalcante, professor aposentado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e membro do Movimento Educar para a Cidadania, opina que os projetos do BRT e do Monotrilho são “megalomaníacos, produtos do desequilíbrio de governantes que desqualificam a ciência e embarcam em propostas de resultados sociais altamente questionáveis e inexpressivos diante da gravidade dos problemas básicos na área da educação, saúde e saneamento”.

No maior Estado da federação brasileira, com 1,5 milhão de quilômetros quadrados, cujo território é maior que a soma de França, Espanha, Suécia e Grécia, os problemas são também gigantescos. A ausência do poder público no interior deixa a descoberto o setor de saúde. Os recursos financeiros destina-



Saneamento, ainda um problema gravíssimo

dos à Secretaria Estadual de Saúde (Susam) representam pouco mais de 15% dos quase R\$ 13 bilhões do orçamento estadual. Mas apenas 12 dos 62 municípios contam com hospital e equipe básica de atendimento, com médicos, especialistas e enfermeiros.

A população do Estado, segundo o IBGE, é de 3,4 milhões de habitantes, dos quais 1,8 milhão vivem na capital; 2,1 milhões quando considerado o total da região metropolitana, o que representa mais de 60% do contingente populacional amazonense. A concentração demográfica foi gerada pela Zona Franca de Manaus (ZFM), um polo industrial criado em 1967 pelo regime militar, que concentra hoje 600 empresas incentivadas.

A Consultoria Legislativa do Senado Federal publicou, em abril de 2013, o estudo “Zona Franca de Manaus: Desafios e Vulnerabilidades”, que aponta contradições entre os amplos benefícios tributários concedidos à ZFM e os seus efeitos. Seu autor, Ricardo



Maris Sanne



Nova área de urbanização, na entrada do bairro São Jorge

Nunes de Miranda, identificou alta rotatividade da força de trabalho no polo industrial de Manaus, que empregava 111 mil trabalhadores em 2011. O índice encontrado em 2010, para um contingente de 104 mil trabalhadores, foi de 35%, muito próximo da média nacional, de 37%. “O esperado seria que os empregos gerados tivessem certo grau de estabilidade, pois se trata de um conjunto de atividades industriais incentivadas intensamente e com uma reserva de mercado que as protege da competição”, observa Miranda.

Outro aspecto investigado por ele foi a massa salarial. Ao debruçar-se sobre os dados referentes à remuneração dos operários da ZFM em 2011, o autor constatou que “os benefícios fiscais (cerca de R\$ 17 bilhões) não se traduziram em elevada massa salarial — que, incluindo salários, encargos e benefícios sociais, não atingiu R\$ 4,5 bilhões, ante um faturamento de quase R\$ 70 bilhões”. Mais ainda: “Entre 2006 e 2011, a massa salarial

não chegou a atingir, em média, 6% do faturamento”.

Miranda também pesquisou diferentes aspectos das isenções tributárias, mostrando que grande parte dos recursos que beneficiam a ZFM são diretamente transferidos de outros municípios do Amazonas e, principalmente, de outros Estados. A maior parte, ou 56% dos benefícios fiscais, diz respeito ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Segundo o autor, 32,5% dos benefícios tributários concedidos à ZFM “não são custeados pelo governo federal, sendo, de fato, uma transferência dos governos estaduais e dos municípios (inclusive os do Amazonas) mediante a diminuição dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e Municípios (FPM)”, bem como dos fundos constitucionais de financiamento do Norte (FNO), Centro-Oeste (FCO) e Nordeste (FNE) e da parcela de 10% da arrecadação do IPI distribuída aos governos estaduais

segundo o volume de exportações de cada Estado.

Enquanto a economia do AM permanece dependente de um modelo concentrador de capital e de favores fiscais, o déficit habitacional da capital cresce de ano a ano, com a chegada de migrantes do interior e de Estados próximos. Segundo a PNAD de 2009, o déficit de moradias em Manaus chega a 93 mil

Embora ainda defenda o modelo industrial da Zona Franca, o deputado estadual Luiz Castro (PPS) pondera que é necessário buscar uma alternativa sustentável

com base no desenvolvimento da agroecologia e do potencial biotecnológico da região, o que implica investir em pesquisas, ciência e tecnologia. “O plano também deve garantir que as políticas públicas sociais se aproximem mais das populações dos municípios distantes do interior”, explica.

Ao mesmo tempo em que a economia do Amazonas permanece dependente de um modelo concentrador de capital e de favores fiscais, o déficit habitacional da capital cresce de ano para ano, com a chegada de migrantes do interior do Estado (e de outros Estados mais próximos), em busca do sonhado emprego na ZFM. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009, o déficit em Manaus é de 93.655 moradias.

Sem ter onde morar, as famílias que se deslocaram para Manaus, nas últimas quatro décadas, foram se amontoando nas margens dos 148 igarapés, os rios de pequeno curso que cortam a cidade. Construíram suas moradias sobre as águas, as palafitas, às quais os rios servem como esgoto e lixeira. Somente em 2006 teve início um programa de saneamento básico e reurbanização da zona sul da capital, a mais densamente ocupada pela população pobre. Os números impressionam. Por meio do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (Prosamim) o governo estadual já investiu US\$ 930 milhões, beneficiando quase 70 mil pessoas; construiu cerca de 130 quilômetros de esgoto; construiu pontes e novas vias



Obras do Prosamim no bairro São Jorge: aparências enganam?

nos 15 bairros que fazem parte das primeiras etapas do programa, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Apesar desses aparentes avanços, o Instituto Amazônico da Cidadania (IACI) ingressou com uma representação junto ao Ministério Público Federal pedindo a apuração de possíveis danos ambientais nos igarapés alvos da intervenção do governo estadual. O MPF acatou e abriu um inqué-

rito civil público para investigar a falta de medidas para recuperação da mata ciliar e a denúncia de que o Prosamim teria se limitado a aterrar, canalizar, cimentar o leito e as margens, e construir algumas moradias. Hamilton Leão, presidente do IACI, sustenta que após a conclusão do trabalho de recuperação os igarapés continuam verdadeiros esgotos a céu aberto. Acrescenta que os trabalhos de dragagem deveriam começar pe-



Morador do bairro São José: casa marcada para remoção

las nascentes e não pela foz dos igarapés, pois no período de chuvas os alagamentos são constantes nas áreas antecedentes.

As obras do Prosamim, programa de saneamento financiado pelo BID, reduziram a largura dos igarapés para 15 metros ou menos, insuficiente para dar vazão à água das chuvas durante as cheias dos rios Amazonas e Negro, explica Hamilton Leão, presidente do Instituto Amazônico da Cidadania (IACI)

O IACI quer evitar que se repitam os mesmos erros na execução

dos trabalhos de saneamento da Baía do Igarapé São Raimundo, a terceira etapa do projeto. A largura dos igarapés, que originalmente era de 50 metros, foi reduzida para 10 metros ou 15 metros, insuficientes para dar vazão ao volume de água da chuva e no período das cheias dos rios Amazonas e Negro, explica Leão.

O arquiteto e professor Jaime Kuck, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), considera que os cartolas estão sendo desleais com a turma da arquibancada. A ação do poder público visa “promover um saneamento social e da paisagem, nas áreas mais centrais da cidade, com a retirada da população das margens dos igarapés”. Ele diz ainda que, para os gestores públicos, a presença das palafitas “não é uma imagem interessante numa área tão visível da cidade, como na baía do igarapé São Raimundo”.

As opções do Prosamim para resolver o problema da moradia são garantir uma habitação, do ti-

po apartamento, em área próxima daquela em que a pessoa morava. A outra é oferecer uma carta de crédito no valor de R\$ 20 mil a cada morador de palafita. Isso acaba empurrando a família para outra área mais distante e, provavelmente, alagada. O problema apenas se transfere de uma área para outra.

Kuck traça um panorama crítico do mercado imobiliário em Manaus. É inexpressivo o investimento para oferta de unidades habitacionais para a população de baixa renda. E o mercado formal avança em direção às áreas já urbanizadas da cidade. Para a alta renda o mercado está aquecido em Manaus, por conta de um segmento do capital especulativo que investe em imóveis.

A pressão por moradia se agrava ainda mais quando a Prefeitura anuncia obras de infraestrutura urbana que implicam o remanejamento de residências em espaços consolidados há décadas. Como foi o caso do anunciado projeto do BRT, que pretende implantar um corredor com 22 quilômetros de extensão, ligando 20 estações e três terminais de integração entre as zonas norte, leste e o centro de Manaus.

Mais de 900 casas foram marcadas para serem retiradas a fim de dar passagem à linha expressa. A maioria das famílias se pergunta para onde irá e os gestores públicos não têm respostas. As principais preocupações: como será feita a retirada dos moradores, como serão feitas as desapropriações e se os valores serão suficientes para a compra de uma nova casa, pelo menos no mesmo bairro.

João Santos conta que foi surpreendido com a chegada, em agosto de 2009, de carro da Prefeitura e funcionários, que picharam a porta da sua casa com os dizeres “BRT 57”. A família Santos recebeu mais tarde a explicação de que, desde então, o imóvel não poderia sofrer qualquer alteração física



João Santos e a esposa Raimunda Mota

João Souza dos Santos, 70 anos, e a mulher, Raimunda Mota dos Santos, 63 anos, subiram o rio Amazonas, saindo do município de Oriximiná, no Pará, há mais de 20 anos, para Manaus. A família foi em busca de tratamento para um de seus seis filhos. Mestre de obras, João construiu muitas casas para outras pessoas, mas só após conseguir um terreno no bairro São José I, na zona leste, há 17 anos, começou a construir a sua própria moradia.

Os nove compartimentos foram sendo levantados aos poucos, em alvenaria, numa área de 20 metros de comprimento por 5 metros de largura. Nem todos os cômodos estão rebocados, mas a rua ganhou asfalto e o imóvel valeria em torno de R\$ 300 mil, na avaliação do operário, que hoje está aposentado e vive com um salário mínimo.

Santos conta também que foi surpreendido com a chegada, em agosto de 2009, de um carro da Pre-

feitura e alguns funcionários, que picharam a porta da sua casa com a inscrição “BRT 57”, que é o número da Rua do Careiro, onde mora. Mas somente dois anos depois foi convocado para uma reunião com assistentes sociais da Prefeitura, na zona sul, bem distante da zona leste.

A única explicação que a família Santos recebeu foi de que, da data em que a casa foi marcada em diante, o imóvel não poderia mais sofrer qualquer alteração física. Nada mais. Nenhum documento ou qualquer referência sobre o valor de desapropriação do imóvel os moradores receberam. Impaciente e angustiado está João Timóteo da Silva, técnico em eletrônica, três filhos, seis netos e três bisnetos. Ele mora na casa 73 da mesma Rua do Careiro, há 29 anos. Até adoeceu de depressão enquanto aguarda a decisão da Prefeitura.

Quem também está na mesma rua, há 31 anos, é Antônio Santos Nogueira, que considera frustrante não poder fazer qualquer reforma em sua própria casa, segundo o co-



João Timóteo e os netos

municado verbal da Prefeitura. “Nos meus planos só deixaria esta casa para o cemitério”, diz o pequeno empresário que vende café da manhã, de forma ambulante. Todas as lojas da feira do bairro estão marcadas. A Escola Municipal Júlia Bajona já foi demolida, em 2011, para dar lugar a um terminal de integração. Francisco das Chagas Fontenele, 60 anos, morador do bairro São José há 30, relata que as crianças foram remanejadas para outras escolas mais distantes.

Enquanto os gestores públicos, responsáveis pelo planejamento urbano, sentem-se no direito de anunciar e retardar a seu bel prazer o início de obras que afetam a vida do cidadão comum, projetos de discutível eficácia são executados e deixam um rastro de suspeitas sobre os seus reais objetivos. Foi o caso da “Praia Perene da Ponta Negra”.

O então prefeito Amazonino Mendes (PTB), aliado de Arthur Virgílio, decidiu implantar uma praia artificial na região da Ponta Negra, na zona oeste da cidade, on-



Antonio Nogueira e sua esposa

O investimento total na praia artificial da Ponta Negra e no seu entorno foi de R\$ 29 milhões. Mas a morte de vários banhistas — tragados pela areia — causou sucessivas interdições da praia e exigiu o reforço do aterro e adoção de medidas de segurança. Então surgiram os jacarés

de já existe uma praia natural, que surge assim que baixam as águas do rio Negro, a partir de setembro de cada ano. Como a Copa do Mundo se realiza em junho, o visitante não veria a praia, o que levou Amazonino a inventar sua “Praia Perene”.

O investimento total com a praia artificial e seu entorno foi de R\$ 29

milhões e inclui calçadão, mirante e edifício-garagem. O aterro, que consiste de areia misturada com argila, foi transportado por balsas, do rio Solimões à Ponta Negra. Até junho de 2012 foram colocados no local 980 mil metros cúbicos de areia. O local aterrado mede 40 metros de largura por 400 metros de extensão. Mas a partir de setembro começaram os problemas. Alguns banhistas foram tragados pela areia e a praia foi interdita. Reaberta poucos dias depois, voltou a ser proibida em outubro.

O Ministério Público Estadual (MPE) entrou em ação e pediu a interdição da praia, novamente, em novembro de 2012, após a morte de 14 pessoas. Foram adicionados mais 1,5 mil metros cúbicos de areia. Um laudo técnico do Serviço Geológico do Brasil, órgão do Ministério das Minas e Energia, apontou que existiam “desníveis abruptos e depressões” que variavam de seis a dez metros de profundidade. E recomendou um monitoramento na área aterrada até 2014.

Somente em 10 de abril de 2013 a praia foi novamente liberada ao público, após a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta entre a Prefeitura e o MPE. Mas o banhista passou a ter hora marcada para sair das águas do rio Negro. Ninguém pode permanecer após as 17 horas, quando uma sirene anuncia o toque de recolher. Boias de sinalização foram instaladas e o Corpo de Bombeiros faz o patrulhamento usando motos, *jet skis*, lanchas e cadeirões.

Mas, para surpresa de todos, novos problemas surgiram. Três jacarés apareceram e no dia 28 de abril e a praia foi novamente interdita. Um animal de dois metros de comprimento foi capturado pela Polícia Ambiental e muita gente ficou assustada. O biólogo Ronis da Silveira, da UFAM, explica que a área aterrada é rota de jacarés no período da cheia do rio. Novos répteis foram avistados nos dias 1º e 3 de maio e o prefeito anunciou que uma alternativa seria o uso de redes para impedir a passagem dos jacarés. Até o momento, a natureza ganha o jogo de goleada.